

TRABALHO EM REDE E INTERSETORIALIDADE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER E ESPORTE DE OURO PRETO / MG

Bruno Ocelli Ungheri¹
Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil

Ana Elenara da Silva Pintos²
Brasília, Distrito Federal, Brasil

André Henrique Chabaribery Capi³
Araraquara, São Paulo, Brasil

Glauber Starling de Alencar⁴
Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil

Pedro Claver Barcelos de Miranda⁵
Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil

RESUMO: A promoção dos direitos sociais é cada vez mais direcionada às administrações municipais e, à vista disso, o presente estudo buscou analisar as políticas públicas de lazer e esporte desenvolvidas em Ouro Preto (MG), na intenção de identificar relações pautadas pela

¹ Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). <http://orcid.org/0000-0003-4827-5874>. E-mail: bruno.ungheri@ufop.edu.br

² Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Doutoranda em Estudos do Lazer pela UFMG (2018), Mestre em Educação Física pela UNB (2017), especialista Gestão Estratégica de Políticas Públicas pela UNICAMP (2015), Graduada em Educação Física Plena pela URCAMP (2003). Coordenou um dos dez PELCs Piloto do Ministério do Esporte em Bagé/RS, município em que atuou como Secretária Municipal de Esporte e Lazer. Membro do grupo de pesquisa Oricolé - Laboratório de Pesquisas sobre Formação e Atuação Profissional em Lazer da UFMG. Atuou frente à Coordenação Geral de Esporte e Lazer - SNE LIS - Ministério do Esporte - 2010 a 2016, responsável mais especificamente pelos Programas PELC, Vida Saudável e Rede CEDES. Em Licença Interesse/SE - RS, foi Consultora Geral de Políticas Públicas do Ministério do Esporte via UFMG, no Projeto de Formação e Acompanhamento de Programas no âmbito do Esporte, do Lazer e fomento a Pesquisa da SNE LIS - 2016 a 2019. Dirigiu o Conselho de Administração do Fundo de Apoio ao Esporte, vinculado a Secretaria de Estado de Esporte e Lazer do DF - 2020 e atualmente é Chefe da Assessoria de Gestão Estratégica e de Projetos da Secretaria de Estado de Educação - DF. E-mail: aelenara@gmail.com

³ Universidade Paulista. Graduação em Educação Física - Fundação Educacional São Carlos (1996). Mestrado em Educação Física - Universidade Metodista de Piracicaba (2006). Doutorado em Estudos do Lazer - Universidade Federal de Minas Gerais (2016). Professor Educação Física - Prefeitura Municipal de Araraquara. Professor Universitário (Universidade de Araraquara e Universidade Paulista). Membro ORICOLÉ/UFMG (Laboratório de Pesquisa sobre Formação e Atuação Profissional em Lazer). Experiência na área de Educação Física com ênfase em Estudos do Lazer e Esporte (Implementação, acompanhamento, monitoramento e avaliação de políticas públicas, formação e atuação profissional). Elaboração e captação de recursos para programa e projetos esportivos via Lei de Incentivo. E-mail: andrechacapi@gmail.com

⁴ Universidade Federal de Ouro Preto. Discente do curso de Educação Física da Universidade Federal de Ouro Preto e membro do Laboratório Lazer, Gestão e Política (LAGEP). Email: glauberstarling@gmail.com

⁵ Universidade Federal de Ouro Preto. Discente do curso de Educação Física da Universidade Federal de Ouro Preto e membro do Laboratório Lazer, Gestão e Política (LAGEP). Email: pcbpedro@gmail.com

intersectorialidade e pelo trabalho em rede entre diferentes órgãos da administração pública do município. Para isso, utilizou-se a entrevista semiestruturada, tendo como interlocutores gestores das Secretarias Municipais de Esporte e Lazer, Educação, Cultura e Patrimônio, Turismo, Desenvolvimento Social, Saúde, Meio Ambiente e Obras. Delinearam-se três categorias de análise, sendo a primeira dedicada aos indícios do trabalho em rede ou intersectorial em desenvolvimento no município, sublinhando-se os projetos que apresentam tal perspectiva, mesmo que timidamente. A segunda categoria apresenta os desafios para implementação do trabalho intersectorial ou em rede. O terceiro eixo compartilha oportunidades de trabalho em rede que podem ser alvo de esforços institucionais futuros. Conclui-se que as políticas públicas de lazer e esporte em Ouro Preto ocorrem de forma pontual e desarticulada de uma política municipal sistematizada, com dificuldades de interlocução entre os setores da administração pública. Foram encontradas possibilidades de trabalho intersectorial em ações já existentes, cabendo ao poder executivo capitanear e organizar o trabalho institucional.

Palavras-chave: Políticas públicas. Lazer. Esporte. Municipalização.

INTERCONNECTED WORK AND INTERSECTORIALITY IN THE PUBLIC POLICIES OF LEISURE AND SPORT OF OURO PRETO / MG

ABSTRACT: The promotion of social rights is increasingly directed to municipal administrations and, in view of this, this study sought to analyze the public policies of leisure and sport developed in Ouro Preto (MG), with the intention of identifying relationships based on intersectionality and interconnected work between different organs of the municipal public administration. For this, we used the semi-structured interview, as interlocutors' managers of the Municipal Departments of Sport and Leisure, Education, Culture and Heritage, Tourism, Social Development, Health, Environment and Constructions. Three categories of analysis were outlined, the first being dedicated to connected or intersectoral work in development in the municipality, underlining the projects that present this perspective, even timidly. The second category presents the challenges for implementing intersectoral or interconnect work. The third axis shares networking opportunities that may be the target of future institutional efforts. It is concluded that the public policies of leisure and sport in Ouro Preto occur in a punctual and disjointed way of a systematized municipal policy, with difficulties of dialogue between the sectors of public administration. Were found possibilities of intersectoral work in existing actions, and it is up to the executive power to capitate and organize the institutional work.

Keywords: Public policies. Leisure. Sport. Municipalization.

TRABAJO EN REDES E INTERSECTORIALIDAD EN LAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE OCIO Y DEPORTE DE OURO PRETO / MG

RESUMEN: La promoción de los derechos sociales está cada vez más dirigida a las administraciones municipales y, en vista de ello, este estudio pretendía analizar las políticas públicas de ocio y deporte desarrolladas en Ouro Preto (MG), con la intención de identificar las relaciones basadas en la intersectorialidad y el trabajo en redes entre los diferentes órganos de la administración pública municipal. Para ello, utilizamos la entrevista semiestruturada, teniendo como interlocutores directivos de los Departamentos Municipales de Deporte y Ocio, Educación, Cultura y Patrimonio, Turismo, Desarrollo Social, Salud, Medio Ambiente y Obras. Esbozaron tres

categorías de análisis, la primera dedicada al trabajo intersectorial o en redes el desarrollo del municipio, subrayando los proyectos que presentan esta perspectiva, incluso tímidamente. La segunda categoría presenta los desafíos para implementar trabajos intersectoriales o de red. El tercer eje comparte oportunidades de creación de redes que pueden ser el objetivo de futuros esfuerzos institucionales. Se concluye que las políticas de públicas de ocio y deporte en Ouro Preto se producen de forma puntual y desarticulado de una política municipal sistemática, con dificultades de diálogo entre los sectores de la administración pública. Se encontró las posibilidades de trabajo intersectorial en las acciones existentes, y depende del poder ejecutivo capitanear y organizar el trabajo institucional.

Palabras-clave: Políticas públicas. Ocio. Deporte. Municipalización.

Introdução

Pensar em política é pensar nas relações humanas pautadas pelo conflito de interesses. Vaz (2001) afirma que a política é uma atividade que envolve a natureza pública e simbólica do poder, que, quando bem exercida, relaciona-se à disputa de ideias, projetos e concepções no espaço público. Para Hofling (2001), as políticas públicas são o Estado implantando um projeto de governo, através de programas e ações voltadas para setores específicos da sociedade - mediadas pela tomada de decisão participativa de diferentes órgãos públicos e agentes sociais.

No rol das políticas públicas estão contidas as políticas sociais que se referem à implementação de ações pelo Estado voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico (HOFLING, 2001). Trata-se de políticas públicas voltadas à garantia dos direitos sociais e orientadas pelo princípio de justiça, vinculado à garantia dos direitos sociais voltados à manutenção de uma vida digna e honrosa. Tendo em vista a necessidade da promoção dos direitos sociais como via de superação das desigualdades, esbarra-se em diversos desafios como obtenção de recursos financeiros, estruturais e de pessoas qualificadas.

Mediante tais desafios, uma saída apresentada é o processo de descentralização política com a realocação das responsabilidades da União para os demais entes federados, sendo eles, os estados e municípios. Com a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), a configuração política brasileira passa por inovações atribuindo competências e responsabilidades às esferas subnacionais de governo. Os municípios, por exemplo, possuem autonomia para definirem suas políticas e aplicarem seus recursos, no caso das competências privativas ou exclusivas, sem que isso vá de encontro aos ditames legais estabelecidos pelos estados e pelo governo federal (UNGHERI, 2019).

Tratando do processo de descentralização política, Alcântara (2010, p. 258) diz que “o movimento de municipalização, tanto das responsabilidades administrativas quanto da própria capacidade de geração de receita própria para atender às demandas

locais de fato, é hoje uma realidade incontestável”. Porém, salienta que algumas questões ainda devem ser pensadas no processo de municipalização. A primeira está na relação entre o que a norma define e o que é demonstrado na prática social. A segunda está na proposta de municipalização como promessa de modernização, democratização e eficiência na administração dos recursos públicos. A terceira está na autonomia e dependência entre unidades federativas e suas influências na captação de recursos e cumprimento dos projetos institucionais. Por último, as consequências do processo de municipalização nas políticas públicas, diretamente mediada pelas outras questões supracitadas.

Tendo em vista o processo de municipalização apresentado nos últimos anos, torna-se atribuição do governo municipal, mas não somente, a promoção de políticas sociais que supram as necessidades em seu território. Nascimento (2010), ao refletir sobre a intersectorialidade nas políticas públicas, realçando a existência de uma hierarquização das políticas públicas, com privilégio àquelas de cunho macroeconômico, às quais são atribuídas elevadas montas de recurso e financiamento. Para a autora, “realizar um projeto articulado das políticas sociais e desenvolvimento urbano demanda alterações na cultura organizacional das instituições públicas gestoras das políticas públicas, ou ainda a incorporação de organizações autônomas voltadas para o interesse coletivo” (p. 100).

Refletindo sobre a perspectiva intersectorial e as políticas públicas de lazer e esporte, Bonalume (2011) indica que tal escopo de trabalho pode se apresentar como possibilidade de articulação entre os saberes e as ações, com vistas a construir resultados sinérgicos em situações complexas. Assim, amplia-se o potencial de impacto das políticas, tornando-as mais efetivas e ampliando sua capacidade de colaborar com a redução das desigualdades e com o bem-estar social. Em adição, destaca que “pode contribuir com a construção de uma nova ação, que rompa as fronteiras das políticas isoladas. Para que isso se viabilize integrar, considerando apenas a dimensão técnica não seria suficiente, faz-se necessário uma atitude e uma postura intersectorial, enquanto um princípio que orienta a ação, com um aparato governamental, com base no território e na população. (BONALUME, 2011, p. 9).

No que tange à intersectorialidade, Silva e Osawa (2020, p. 5) apontam que corresponde à “articulação de saberes e experiências no planejamento, realização e avaliação de ações para alcançar efeito sinérgico em situações complexas”, na busca pelo desenvolvimento social. Os autores destacam que a intersectorialidade, juntamente com a interdisciplinaridade estão estritamente vinculadas com o princípio de trabalho em rede, entendido por eles, como a articulação de serviços entre diferentes agentes sociais a fim de viabilizar e defender direitos sociais (SILVA; OSAWA, 2020). Nesse interim, os autores enfatizam que a partir do trabalho em rede é possível organizar e integrar relações horizontais no setor público, incluindo a participação da sociedade, comunidade e famílias.

Incidem, assim, reflexões sobre diferentes formas de se garantir o acesso aos direitos sociais garantidos constitucionalmente, dentre eles o lazer. Pintos (2017) enfatiza ser vital a incorporação do lazer e, por conseguinte, do esporte, nas agendas governamentais como forma de se viabilizar a implementação de políticas de estado e, a reboque, de projetos e programas perenes, da gestão coletiva, da formação continuada e do investimento sustentável em infraestrutura. Em adição, Capi (2016) lança luz à necessidade de se aliar as ações governamentais à intervenção de profissionais capacitados para uma atuação autônoma e segura junto à sociedade – o que acrescenta como norte reflexivo os aspectos ligados à formação inicial e continuada dos servidores públicos.

Para o campo do lazer, ter representação no marco legal, no entanto, não garante sua efetividade, nem mesmo sua qualidade, quanto menos a democratização de seu acesso (MOESCH, 2015). Nesse sentido, Duarte (2015) salienta que é necessário repensar a tendência de simples reprodução do texto constitucional no trato dessa temática, na tentativa de ir um pouco além das abordagens tradicionais concernentes ao tema. O lazer é estabelecido como uma produção cultural humana, estabelecendo relações com diversas dimensões da vida social, como a educação, o trabalho, a arte, a economia, entre outros, tornando-se parte integrante e constitutiva de cada coletividade (GOMES, 2014). O lazer como direito, deve-se não apenas por sua representação constitucional, mas sim por sua materialização como necessidade humana.

O esporte, por sua vez, também recebe atenção na Constituição no Artigo 217 que prevê como “dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um” (BRASIL, 1988, p. 113). No Inciso 3º do capítulo IV, nota-se uma aproximação entre o lazer e o esporte, quando se destaca que “o Poder Público incentivará o Lazer, como forma de promoção social” (BRASIL 1988, p. 113). É inegável a aproximação entre o esporte e o lazer principalmente no texto constitucional, entretanto, é importante reiterar que o lazer e o esporte guardam particularidades importantes que devem ser consideradas na formulação de políticas públicas (UNGHERI, 2019).

Tratando do contexto analisado no presente estudo, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2020) indica que a cidade de Ouro Preto conta com uma área de 1.245.865 km² e uma população estimada de 74.558 pessoas no ano de 2020, que se divide pela sede e mais 12 distritos. Sendo principalmente conhecida por sua rica história, a cidade foi tombada pelo IPHAN em 1938, tornando-se patrimônio mundial no ano de 1980, título conferido pela UNESCO. Além disso, Ouro Preto se torna um grande atrativo turístico por seu relevo montanhoso que favorece práticas de aventura, tornando a cidade um interessante campo de observação para agentes públicos interessados em promover e fortalecer políticas públicas de caráter intersetorial, entre elas, as que evidenciem o lazer e o esporte.

Diante disso, o objetivo do presente estudo foi analisar o lazer e o esporte como alvo de políticas públicas no município de Ouro Preto. Para tal, buscou-se identificar as

políticas públicas de esporte e lazer do município, tendo como foco a prospecção de relações e dinâmicas intersectoriais entre a pasta designada para sua gestão e as demais secretarias e órgãos da administração executiva municipal. Almejou-se, ainda, refletir sobre as relações causais possíveis de serem percebidas sobre a ocorrência ou não do trabalho em rede. Como anuncia Menicucci (2008), estudos desta natureza contribuem para a inclusão das políticas públicas de esporte e lazer na agenda pública a partir do debate acadêmico, visto que a comunidade especialista tem fundamental importância na multiplicação de saberes e perspectivas de ação junto aos atores do cenário político-institucional.

Metodologia

Destarte, é imperativo elucidar que o estudo em tela integra o projeto de extensão “ELO – Esporte e Lazer Ouro-Pretano”, que se configura como ação multidisciplinar com desdobramentos de ensino e pesquisa sob o prisma das políticas públicas. O objetivo do Projeto é implementar consultoria técnica no campo das políticas públicas de esporte e lazer, entre a Escola de Educação Física da Universidade Federal de Ouro Preto (EEFUFOP) e a Prefeitura Municipal de Ouro Preto, perpassando o diagnóstico das iniciativas em andamento e dos equipamentos públicos disponíveis à população, a proposição de oficinas sistemáticas e assistemáticas de lazer, esporte e cultura, além de uma proposta para criação do Sistema Municipal de Lazer e Esporte – com amparo na etapa diagnóstica já mencionada. É nesse bojo que a pesquisa se encontra, dedicando-se a contribuir com o levantamento de dados relacionados às interações existentes (ou não) junto aos demais órgãos da administração pública municipal, especialmente aqueles com diálogo próximo às dimensões do lazer e do esporte.

Para alcançar os objetivos traçados, optou-se pela abordagem qualitativa, ancorada em Denzin e Lincoln (2005), para quem esse tipo de pesquisa localiza o observador no mundo, traduzindo-se em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que lhe dão visibilidade, transformando-o em uma série de representações. Após aprovação do projeto de pesquisa junto ao Comitê de Ética, sob o parecer nº3.928.074, iniciou-se o levantamento de dados da pesquisa, valendo-se de entrevistas semiestruturadas. A seleção dos sujeitos ocorreu por conveniência, designando-se um(a) gestor(a) de cada pasta responsável por ações finalísticas, totalizando 8 (oito) secretarias, a saber: Cultura e Patrimônio; Educação; Esportes e Lazer; Meio Ambiente; Saúde; Obras; Desenvolvimento Social; Turismo, Indústria e Comércio.

Os entrevistados foram informados sobre os objetivos da pesquisa e consultados previamente sobre disponibilidade para sua realização. Após confirmação das entrevistas, os encontros foram agendados, de acordo com a disponibilidade dos entrevistados, que assinaram o “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” – TCLE. Os questionamentos levantados buscavam estimular reflexões sobre as políticas públicas que focalizam o lazer e o esporte em cada uma das pastas, na busca por aproximações entre as

instituições. Também foram elencadas questões relacionadas às dificuldades observadas no dia a dia profissional, relações entre o executivo municipal, estadual e federal e à participação da sociedade civil. Dessa maneira, foi aplicado um roteiro de entrevistas com 14 (quatorze) questões norteadoras e, para fins desta pesquisa, os trechos retirados das respostas foram identificados pela letra “S”, na intenção de se representar os sujeitos participantes garantindo seu anonimato. Desse modo, o primeiro voluntário entrevistado se vincula à sigla “S1” e assim sucessivamente.

A coleta dos dados se deu no primeiro semestre de 2020, apontando que os dados emergentes tendem a apresentar maior influência da gestão municipal cujo mandato se estendeu entre os anos 2017 e 2020. Neste contexto, as entrevistas foram realizadas por meio virtual, utilizando a plataforma on-line “Google Meet”, gravando-se todos os encontros. Os sujeitos da pesquisa foram informados de que os dados coletados seriam utilizados somente para fins desta investigação e que as entrevistas seriam gravadas utilizando a ferramenta da plataforma on-line e, posteriormente, seriam transcritas, preservando-se as identidades dos entrevistados. Os dados serão guardados pelo período de 5 (cinco) anos, no Laboratório de Lazer, Gestão e Política (LAGEP) da UFOP. A análise dos dados coletados nas entrevistas se deu por intermédio da técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (1977), que envolve um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, obter indicadores que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção das mensagens.

Resultados e Discussão

Com amparo nos dados que emergiram da pesquisa de campo, foi possível traçar três categorias de análise. A primeira delas se refere a um panorama geral sobre as políticas públicas com interface junto às dimensões do lazer e do esporte que, de alguma maneira, apresentam traços, indícios ou nuances do trabalho em rede ou intersetorial. A segunda se relaciona com os limites, obstáculos e desafios percebidos pelos gestores entrevistados, no que diz respeito à efetivação do trabalho conjunto entre os diferentes setores da administração pública municipal. Por fim, compartilham-se oportunidades de trabalho em rede identificadas a partir dos dados obtidos.

Panorama geral das políticas públicas em Ouro Preto

De modo geral, observou-se que as políticas públicas de esporte e lazer de Ouro Preto se assemelham à grande parte das experiências brasileiras já descritas na literatura. Medina (2019), em uma pesquisa buscando compreender as políticas públicas de esporte e lazer na cidade de Nova Lima - MG, aponta que as ações encontradas no município eram de caráter eventual e não contínuos. A autora ressalta ainda que não havia institucionalização dos programas de lazer e esporte e muitos desses programas

consistiam em ações isoladas, sem uma política de lazer concisa, articulada e bem delimitada. Mezzadri, Martines e Starepravo (2011), ao analisarem as políticas públicas paranaenses, identificaram a presença de um modelo gerencial autoritário, no qual as ações ocorrem pelas demandas dos próprios gestores, sem a participação efetiva dos anseios populares. Outros aspectos emergiram da referida pesquisa, como a falta de planejamento prévio, ações predominantemente voltadas às modalidades esportivas e indefinição dos planos de governo.

Antes da reflexão específica sobre as categorias delineadas, ressalta-se a volumosa menção às ações pontuais (assistêmáticas), geralmente denominadas como eventos, indicando significativo grau de reconhecimento de tais iniciativas como políticas de lazer e esporte desenvolvidas pelo município. Com destaque, verificou-se a realização dos Jogos do Interior de Minas (JIMI) e dos Jogos Escolares de Minas Gerais (JEMG), além de torneios e campeonatos vinculados aos esportes de aventura e ao futebol, tidos como elementos vocacionais da cultura esportiva ouro-pretana. Nessa esteira, Capi (2016) enaltece a demanda por uma abordagem de política pública que contemple a proposição de eventos (ou ações assistêmáticas) para além da reprodução de atividades de forma inócua. Carece-se de planejamentos que concebam eventos como forma de fortalecimento dos laços paulatinamente construídos em experiências contínuas no território. Logo, sua presença como estratégia de ação governamental deveria caminhar lado a lado com a manutenção de projetos, atividades e oficinas permanentes, capazes de elevarem socialmente as vocações culturais do município.

A realização de eventos é frequentemente considerada como estratégia das cidades para promoverem iniciativas de lazer e esporte por conta própria (UNGHERI E ISAYAMA, 2020). Entretanto, para que isso ocorra os autores afirmam que os eventos não podem ter fim em si mesmos, cabendo aos gestores de esporte e lazer se orientarem pela promoção de iniciativas que tragam consigo a produção de sentido e significado à comunidade envolvida. É necessário elaborar projetos que consolidem os princípios de governo, mas que antes disso sejam voltados ao atendimento das demandas sociais e, principalmente, às práticas que emergem do cotidiano das pessoas.

Sobre as ações sistemáticas, de caráter contínuo, foram identificadas diferentes vertentes de ação diretamente vinculadas à Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SMEL). Emergiram do trabalho de campo o projeto “Bem-Viver”, voltado para idosos e adultos na busca por proporcionar à população práticas regulares e bem orientadas de atividades físicas. Nesse ponto, é importante ressaltar a fala de um dos sujeitos da pesquisa, que enfatizou o referido projeto como “meio para promoção da saúde dos indivíduos e sua formação cidadã” (S3). Nota-se que, pelo trecho destacado, existe uma concepção interessante sobre os objetivos do projeto, demonstrando que os servidores envolvidos com o referido órgão público possuem significativo grau de apreensão acerca das possibilidades de contribuição que sua pasta pode direcionar à sociedade.

Em adição, o projeto “Melhor Atividade” compõe a grade de ofertas da SMEL,

atendendo idosos instituídos numa casa de longa permanência. Também foram identificados os projetos “Viva a Atividade” - direcionado aos alunos da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), o “CAPS-Saúde” - voltado às pessoas em situação de recuperação do uso abusivo de álcool e drogas ilícitas, o “Projeto Ginástica” - voltado para jovens e adultos, o “Oficina de Futebol” - voltado para crianças e o “Projeto Futsal” - para adolescentes. Todos eles são desenvolvidos de forma autônoma pelo município, que disponibiliza recursos financeiros e humanos para sua viabilização. Com exceção do “CAPS-Saúde”, todos os demais projetos ocorrem de forma pontual pela cidade, sem que se estabeleçam diálogos diretos entre os diferentes setores da administração pública.

Foram percebidas tímidas aproximações entre o setor público e a iniciativa privada, o que pode ser mais bem aproveitado como estratégia de políticas públicas. Quando bem desenvolvida, possibilita uma ação mais eficiente das políticas de esporte e lazer nos municípios (STAREPRAVO, 2011; UNGHERI, 2014). Entretanto, essa cooperação deve ocorrer de tal forma que sejam mantidos os interesses da comunidade, em detrimento dos interesses pessoais e políticos. Dentre os projetos em parcerias com o setor privado, vale destacar o “Sada Cruzeiro Vôlei”, que além da parceria com a Prefeitura, possui vínculo com o clube Ouro Preto Tênis Clube (OPTC), que cede espaço para a realização de aulas de voleibol sob orientação dos servidores do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) campus Ouro Preto, que também contribui na cessão de infraestrutura para realização das atividades. Outras parcerias entre Prefeitura, Fundação Aleijadinho e Instituto Trampolim fomentam a oferta de aulas de judô e de ginástica de trampolim para crianças e adolescentes do Centro Histórico de Ouro Preto.

Na mesma direção, vale destacar o trabalho realizado pela Secretaria de Desenvolvimento Social, que utiliza as unidades dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) para desenvolver atividades de esporte e lazer com os usuários desses espaços. Dentre as ações executadas, destacam-se oficinas de expressão corporal, defesa pessoal, zumba, karatê e circo. Nesta linha, cumpre ressaltar algumas ações capitaneadas pela Secretaria de Cultura e Patrimônio, mesmo que de forma pontual, direcionadas pela valorização do patrimônio histórico cultural de Ouro Preto. Esses trabalhos correspondem a projetos de lazer realizados em casas de cultura, aproveitando o interesse despertado pelas atividades para promover a aproximação da população junto aos espaços culturais da cidade, como danças, capoeira, alongamento e ginásticas. O objetivo dessas atividades é buscar uma aproximação dos cidadãos, ressignificando os usos e democratizando o acesso às Casas de Cultura do município.

Finalmente, sublinha-se o Programa de Educação e Patrimônio “Ouro Preto Meu Lugar”, realizado através de parceria entre as Secretarias de Educação e de Cultura e Patrimônio, tido como “carro-chefe” da Secretaria de Educação. O programa é realizado também em parceria com a Pró-Reitoria de Extensão – UFOP, tendo como norte a realização de um trabalho em torno do patrimônio histórico e cultural da cidade de Ouro

Preto, buscando uma compreensão amplificada sobre o tema, sobretudo pelo incentivo à educação do olhar das crianças e jovens da cidade, estimulando o afeto pela cidade e, conseqüentemente, a sensação de pertencimento. Na escola, o programa possui um caráter multidisciplinar, sendo trabalhado pelos professores de todas as disciplinas, inclusive com a oferta de formação continuada aos docentes.

Em síntese, ao observar as iniciativas e ações desenvolvidas no município, verificou-se que os lapsos de trabalho conjunto nas diferentes pastas do executivo municipal parecem frágeis, relacionando-se com aspectos operacionais e burocráticos designados à execução dos eventos, não sendo percebidas concepções orgânicas sobre a identidade ou o caráter próprio da cultura local que se deseja promover. Com isso, percebe-se que a dinâmica do trabalho em rede pode contribuir com o cenário em tela, na medida que estimula a conexão entre as demandas, os raios de ação e os resultados almejados pelos diferentes órgãos da administração pública.

Desafios para o trabalho intersectorial junto às políticas de lazer e esporte

A partir das falas dos sujeitos da pesquisa, foram marcantes as indicações de dificuldades para se estabelecer um trabalho conjunto entre as pastas municipais, sob a premissa da intersectorialidade e do trabalho em rede. Dentre os dados encontrados, destacam-se fatores limitantes que envolvem os entraves políticos - tanto em relação ao caráter de clientelismo e assistencialismo adotado pelos gestores, quanto à falta de formação e habilidade dos gestores, perpassando dificuldades inerentes à formação de quadros de profissionais próprios – corroborando com os achados de Pintos (2017). As falas a seguir evidenciam a questão:

[...] não existe uma política de governo que obrigue o diálogo entre todos os setores, então se você pega uma pessoa que não tem um diálogo próximo, corre-se o risco de você não conseguir conversar (S1).

[...] eu não queria que fosse aberto lá porque no meu modo de avaliar ali não precisava, era bom que a gente levasse para outro lugar, a minha avaliação é sempre nesse sentido só que [...] a avaliação do político não é, na época o gestor da pasta falou “não, mas lá vai ficar visível” né (S3).

Outro fator bastante recorrente nas falas e que vale ser destacado foi quanto ao déficit de recursos financeiros, humanos e de infraestrutura:

[...] voltando àquela questão primária da ausência de equipe para desenvolver uma política, seja em parceria ou seja própria né, a gente tem essas fragilidades (S7).

E isso se materializa em algum programa específico, tipo, aulas semanais de esportes, algum evento ou no contra turno? [...]. Não, não tem nem espaço e nem profissional para isso [...] (S7).

É o que falta muito aqui porque a gente depende de espaço que não é nosso, o espaço que a gente não tem no município então a gente começa a perceber a importância de ter mesmo uma política de esporte e lazer no município [...] (S3).

A respeito da falta de formação de quadro profissional para atuação com o lazer, Marcellino (2001) aponta frequentes queixas por parte dos responsáveis pelos executivos sobre a falta de pessoal qualificado para desempenhar funções na área. Sobre isso, Isayama e Werneck (2003) enfatizam a necessidade de entender o lazer como um campo de atuação multidisciplinar, que favorece a consolidação de propostas interdisciplinares. Para Corrêa (2009, p. 140) os profissionais do lazer devem trabalhar em equipes multidisciplinares, “com o objetivo de oferecer uma gama de possibilidades, contemplando os diversos interesses do lazer – interesse físico/esportivo, social, artístico, intelectual, entre outros- proporcionando a melhoria da qualidade de vida”. Neste sentido a atuação no âmbito do lazer requer dos profissionais uma formação específica, pois exige-se deles a compreensão de questões gerais sobre a temática, necessitando do conhecimento teórico para efetivar seu trabalho.

A aproximação entre diferentes entidades, tanto da união quanto da iniciativa privada, ocorre na tentativa de superar algumas dificuldades enfrentadas pelo executivo municipal para alavancar as ações de lazer, cultura e esporte. Essas dificuldades não são novidades em se tratando de políticas públicas na área, como já apontado pela literatura do campo (BONALUME, 2011; STAREPRAVO, 2011; CAPI, 2016; PINTOS, 2017; UNGHERI, 2019). Pinto *et al.* (2011) lançaram olhar para o cotidiano de gestores do lazer e identificaram limitações quanto à desinformação sobre o lazer como direito, as preferências da população, a indissociabilidade junto ao esporte, as oportunidades de acesso nas cidades e sua distribuição pelo território, a insegurança aliada à escassez de recursos. Também surgem dificuldades relacionadas aos elementos de cunho político operacionais, como a desconsideração das demandas da população, a ausência de programas orientados para diferentes públicos, a descontinuidade de programas, o desafio da formação de quadros profissionais permanentes e sua qualificação, além da ausência de trabalho intersetorial.

A descontinuidade de programas também foi um fator relatado pelos entrevistados, como pôde ser visto em algumas falas:

Desde que eu entrei na prefeitura em 2007, o gestor que chega dá a cara que ele quer e as coisas não têm uma continuidade não. [...] a continuidade de projeto depende de gestor e qual o interesse político naquele momento, então eu volto a falar, política pública tem que estar escrito num papelzinho bonitinho para quem chegar lá não ter como fugir disso (S3).

Isto demonstra que o município de Ouro Preto, apesar de desenvolver algumas ações, projetos e eventos que buscam garantir a oportunidade de acesso ao lazer e ao esporte a toda a comunidade, age de forma pontual e descontinuada, sem articulação

concisa e delimitada. Essa característica de descontinuidade das políticas públicas é considerada por Rodrigues e Isayama (2014) como uma característica de todos os setores de políticas públicas, e não só dos setores do lazer, da cultura e do esporte. Para os autores, historicamente as políticas sociais brasileiras têm se pautado pela fragmentação e/ou descontinuidade, ficando a cargo das mudanças de governos.

Outro ponto observado nesta pesquisa que contribui para a descontinuidade nos projetos, foi a falta de um planejamento que possa direcionar as políticas públicas de esporte e lazer do município, impossibilitando uma organização das ações neste setor, que possa ser seguida por diferentes governos. Essa falta de planejamento é reflexo da forma como o próprio governo nacional trata as políticas públicas de esporte e lazer. De acordo com Suassuna e Almeida (2005), o governo nacional possui um planejamento com caráter setorial, que pode resultar em um conjunto de experiências não aprofundadas. Na mesma toada, Ungheri e Isayama (2020) demonstram ser preciso valorizar o processo de planejamento das políticas públicas, não o concebendo como mera formalidade ou mecanismo burocrático. Tal compreensão parece emergir da fala a seguir:

[...] eu acho que se a gente conseguisse [...] construir a política municipal de esportes, eu acho que isso vai ser o carro-chefe e vai ser esse programa estruturante, aquilo que vai dar coesão e que vai mostrar pra gente por onde que a gente tem que seguir, qual que é o nosso objetivo, a nossa meta, as nossas ações, então eu acho que se a gente conseguisse estabelecer essa política municipal, no meu modo de entender, isso vai ser um programa estruturante. Hoje a gente tem ações, projetos, coisas que são de certa forma isoladas, mas que não estão alinhadas ou amarradas em algo maior [...] (S3).

Cabe dizer que, considerando a totalidade do território de Ouro Preto, o contexto analisado amplia as dificuldades para o estabelecimento do trabalho intersetorial, tendo em vista a concentração das políticas públicas em torno do Centro Histórico. Como narram todos os sujeitos da pesquisa, é notável a dificuldade de fazer presente a ação governamental de forma simétrica pelos 12 distritos do município, muito em função da falta de capital humano e da ausência de um modelo gerencial que norteie as tomadas de decisão em rede. Como aponta Rosa (2017), o município de Ouro Preto apresenta um bom volume de equipamentos de esporte e lazer, mas sua distribuição se concentra na região central da cidade. A partir desse diagnóstico, a autora reforça a necessidade de se desenvolver ações que ampliem o alcance territorial do esporte e do lazer como direitos sociais dos munícipes. Somado a isso, propõe uma abordagem multidisciplinar a partir da ampliação e qualificação do quadro de profissionais que desenvolvem oficinas e programas pela cidade, o que pode ser alcançado a partir do presente projeto.

Nuances do trabalho intersetorial no município

Ao longo das entrevistas realizadas neste trabalho, perceberam-se várias falas que compartilham essa visão a respeito das potencialidades do trabalho entre diferentes áreas. No âmbito do turismo, que corresponde a uma importante área de arrecadação para o município de Ouro Preto, foram destacadas as possibilidades do esporte para o favorecimento de aspectos econômicos para o município. Além de vantagens relacionadas à economia, outra possibilidade levantada nas falas analisadas diz respeito ao trabalho com o meio ambiente, conforme trechos em destaque:

É provado que hoje o evento esportivo, a prática de esporte, é uma das principais modalidades de turismo [...] e tal e esse atleta nunca vem sozinho, ou ele vem com o pequeno staff dele e geralmente acompanhado da família, então isso tinha do ministério do turismo mostrando a capacidade desses eventos esportivos em fluxo turísticos [...] a atração dessa nova modalidade de eventos esportivos para Ouro Preto para a geração de fluxo, geração de renda (S8)

[...] para mim é primordial para que uma educação ambiental aconteça, a experimentação, não existe uma educação ambiental de sala de aula, não existe (...) então eu acho que sem experimentação a gente nunca vai aprender a viver no meio-ambiente, aliás, no ambiente que nos circunda, não tem como (S4).

Sobre as aproximações junto ao meio ambiente, notaram-se diferentes eixos de ação possíveis de serem trabalhados, ficando evidente a indissociabilidade de ambas as dimensões. Em adição, ficou latente o potencial que o turismo de aventura apresenta na conjuntura analisada, tanto em relação aos aspectos econômicos quanto de ampliação do rol de oportunidades de atividades a serem ofertadas à população local. Nesse ponto, outro elemento a ser explorado diz respeito à educação ambiental, tida como ponto central para qualquer comunidade intencionada a viver sob a égide da sustentabilidade:

[...] num final de semana quente deve dar umas 5 mil pessoas de circulação no parque [...] gente que não entende nada de meio-ambiente, que veio aqui porque escutou falar que é bonito, que tem água para molhar, orientar que não se pode fazer um churrasco ou acender fogo fora da área específica que é a área da churrasqueira, orientar que não pode ter som alto, que o som veicular é proibido por causa do incômodo que causa [...]. E a questão dos crimes ambientais que eu te falei, o lazer já chegou a criar problemas sérios, os esportes off-roads [...]. Isso começou a gerar muito problema ambiental, muita erosão, muita degradação de encosta, da própria pavimentação antiga, da parte que não tem pavimentação, só tem drenagem e a drenagem também começou a virar erosão [...] gera risco até para quem usa aquilo como forma de lazer né (S4).

Na mesma direção, também foram prospectadas oportunidades potenciais de trabalho intersetorial junto ao Serviço Social e à Saúde, conforme destaques a seguir:

Se a gente pensar, esporte, desenvolvimento social e cidadania estão em campos semânticos afastados só que o esporte é apresentado como um instrumento potencial de formação e promoção do exercício dessa cidadania e das políticas sociais como uma forma de materializar os direitos sociais [...] as políticas sociais constituem como uma atuação contra hegemônica dessa mobilização e, como eu falei antes, ela pode vir a garantir um espectro de emancipação humana, então por mais que a gente pense que são questões distintas, elas estão ligadas [...] indiretamente, eu penso que todas as políticas públicas deveriam conversar de alguma forma para que possa garantir a defesa desses direitos sociais (S7).

[...] hoje a secretaria de saúde tem o Programa de Saúde da Família, [...], que é a atenção básica de saúde, esse é o programa estratégico mesmo, ele tem como objetivo principal a prevenção da saúde que eu acho que está muito ligado ao esporte também que é a prevenção, ele é aplicado em todo o município e nos distritos né que consta com a atenção primária, é um programa em âmbito nacional, não é só municipal esse programa tanto que ele conta com financiamento estadual, federal e municipal e esse é o programa principal da secretaria de saúde, é esse mesmo o PSF, o Programa de Saúde da Família (S5).

É importante destacar que nas duas últimas falas existe o reconhecimento de que o déficit de planejamento não está apenas nos municípios, mas é uma característica presente em âmbito nacional, o que corrobora com os achados de Ungheri e Isayama (2020). Por fim, coloca-se em tela novamente o programa “Ouro Preto Meu Lugar”, que além de ser o projeto mais estruturado no município, sob uma ótica de trabalho em rede e intersetorial, apresenta-se como uma iniciativa que oportuniza inúmeras as possibilidades de vinculação junto às atividades de lazer e esporte, com destaque para atividades que proporcionem o deslocamento pela cidade, a visitação de espaços como museus, parques e teatros, além do reconhecimento das produções artísticas e do artesanato local. É destacável no programa, o caráter de busca pelo sentimento de pertencimento das crianças em relação ao patrimônio do município, visto que esse reconhecimento como pertencente ao patrimônio o faz ter significado na vida das pessoas e, conseqüentemente, ser valorizado e cuidado. Cardoso *et al.* (2017) apontam que “o sentimento de pertencimento implica em olhar e reconhecer-se. Provoca ainda pensar em si mesmo como integrante de uma sociedade que atribui símbolos e valores éticos e morais, o que destaca características culturais” (CARDOSO *et al.*, 2017, p. 89).

Pinto (2004, p. 77), realizou um trabalho com jovens do município de Belo Horizonte, onde observou três significados atribuídos pelos jovens ao tempo de lazer, “(1) momento de pertencimento, (2) de encontro e (3) de repetição criativa da prática cultural vivida”. Referindo-se ao significado de tempo de lazer como pertencimento, a autora escreve que a dimensão de sentidos do tempo de lazer focaliza os contextos imediatos dessa experiência vividos por sujeitos que buscam pertencimentos do seu lugar no mundo. Pertencimentos que se tornam laços, ancorados pela experiência lúdica identificada em meio à mobilidade e comunicação dos corpos. Em vista disto, fica

evidente a contribuição que o lazer pode trazer ao programa “Ouro Preto Meu Lugar” visto que se destaca como uma poderosa ferramenta de promoção do sentimento de pertencimento aos lugares do cotidiano.

Considerações Finais

O processo de descentralização política apresentado nos últimos anos municipalizou um conjunto de competências e responsabilidades, atribuindo aos municípios a autonomia de definirem suas políticas públicas e aplicarem seus recursos. Nesse âmbito, refletindo sobre a efetividade das políticas públicas que almejam a redução das desigualdades, propostas de políticas intersetoriais revelam-se possibilidades na garantia dos direitos sociais. O estudo à vista buscou investigar o lazer e o esporte como objeto de políticas públicas no município de Ouro Preto, almejando-se identificar as políticas públicas que abarcassem as dimensões lazer e esporte no município, revelando como essência a prospecção de relações e dinâmicas intersetoriais entre a pasta designada para sua gestão e as demais secretarias e órgãos da administração executiva municipal.

Dentre as ações diretamente ligadas à SMEL, foram encontradas algumas iniciativas que perpassam, mesmo que timidamente, o trabalho intersetorial. Em todos os casos, essas iniciativas se apresentam de maneira pontual e desarticulada de um modelo gerencial orientado pelo estímulo ao trabalho em rede. Nesse direcionamento salientam-se os trabalhos realizados junto às Secretarias de Saúde, através do CAPS-Saúde, e de Desenvolvimento Social, por intermédio dos CRAS, onde são realizadas oficinas de zumba, karatê, expressão corporal e circo. Também merece destaque a ocorrência de oficinas realizadas no âmbito das instalações sob responsabilidade da Secretaria de Cultura e Patrimônio, contendo aulas de zumba, capoeira, alongamento e ginástica. Por fim, sublinha-se o projeto “Ouro Preto Meu Lugar”, executado pela Secretaria de Educação e pela Secretaria de Cultura e Patrimônio, que trabalha o reconhecimento do patrimônio histórico cultural de Ouro Preto com crianças e jovens no ambiente escolar.

A fragilidade presente no desenvolvimento da intersectorialidade no município se dá pela existência de barreiras que a limitam. No decorrer do trabalho muitos foram os desafios relatados pelos entrevistados e que contribuem para dificultar o desenvolvimento do trabalho intersetorial ou em rede no município. Dentre esses desafios, ressaltam entraves de ordem do jogo político, caracterizados pela falta de formação e habilidade de alguns gestores e pelos interesses políticos dos chefes do executivo no município, que orientam todo o trabalho sob uma ótica assistencialista e clientelista, buscando visibilidade acima da efetividade das ações. Além desta, outra dificuldade relevante foi a falta de planejamento sobre as políticas públicas do município, o que contribui inclusive para o caráter setorial, desarticulado e descontínuo das ações. À reboque, identificou-se que a larga extensão territorial e a falta de recursos humanos dificulta a presença da ação governamental nos distritos.

Os profissionais entrevistados reconheceram a importância da intersectorialidade para o desenvolvimento de políticas públicas mais eficientes e a potencialidade do esporte e lazer para a implementação desse trabalho. Isto posto, evidenciam-se perspectivas para esta implementação, dentre as quais, a proximidade com o turismo se mostra de grande contribuição tanto para os aspectos de esporte e lazer propriamente dito, quanto para os aspectos econômicos do município, visto seu potencial atrativo. Ademais, o lazer voltado para as práticas de turismo e esporte de aventura, também são frisados como boas contribuições, dadas as características de Ouro Preto, com grande volume de reservas, permitindo um trabalho interdisciplinar capaz de unir esporte e lazer, turismo, meio ambiente e educação, vide suas contribuições, para a experimentação e educação ambiental. Vale a ressalva aqui para a possibilidade de inclusão no projeto Saúde da Família, que preza por desenvolver uma política de prevenção da saúde. Finalmente, destacam-se as diversas potencialidades presentes na inclusão de atividades de lazer no programa “Ouro Preto Meu Lugar”, o que poderia alargar o rol de alternativas pedagógicas para a consolidação das ações educativas intencionadas.

Com amparo nas reflexões desenvolvidas a partir dos dados emergentes da pesquisa, é possível indicar iniciativas capazes de ampliar a institucionalização do trabalho intersectorial e em rede no município de Ouro Preto. Um dos elementos estaria no fortalecimento do Conselho Municipal de Esporte e Lazer, tornando-o deliberativo ou até mesmo normativo. Nessa direção, especula-se que a criação de um Fundo Municipal de Lazer e Esporte teria a capacidade de orientar a captação de recursos para o desenvolvimento de projetos na área, o que seria legitimado pela participação do próprio Conselho no processo de licitação, seleção e avaliação das ações propostas. Nota-se também que a composição de quadros de trabalho com servidores efetivos amplia o alcance das políticas públicas, assim como a sua perenidade, qualificando-a e, conseqüentemente, justificando a sua estruturação por parte do poder público.

Todavia, para que se verifique a construção de uma política municipal de lazer e esporte, com característica de uma política de Estado, é imperativo que todas as iniciativas se ancorem num Sistema Municipal de Lazer e Esporte, que se faz urgente construir para aprimorar o investimento dos recursos públicos, sejam eles financeiros, humanos e até mesmo políticos. Com isso, vislumbra-se a definição das conexões intersectoriais capazes de otimizar o trabalho em rede e, conseqüentemente, o atendimento às demandas da população ouro-pretana, intensificado por uma futura comissão de análise das ações intersectoriais. Como enfatizado ao longo do trabalho, o presente estudo representa um recorte do projeto de extensão “Projeto ELO – Esporte e Lazer Ouro-Pretano”, cujos resultados serão compartilhados junto à administração municipal na intenção de contribuir com o processo de formação de agenda para as ações de lazer e esporte em Ouro Preto.

REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, F. H. C. Municipalização e políticas públicas: a regulamentação como projeto e a prática social como resposta. CSOnline - **Revista Eletrônica De Ciências Sociais**, n. 10, 2010.
- AMARAL, S. C. F.; RIBEIRO, O. C. F.; SILVA, D. S. Produção científico-acadêmica em políticas públicas de esporte e lazer no Brasil. **Motrivivência**, v.26, n. 42, 2014.
- BARDIN, L. Análise de conteúdo. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977. 223 p.
- BONALUME, C. R. O paradigma da intersectorialidade nas políticas públicas de esporte e lazer. **Licere**, v.14, n. 1, p. 1-26, 2011.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil : texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, compilado até a Emenda Constitucional no 105/2019. – Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2020. 397 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/566968/CF88_EC105_livro.pdf?utm_source=Facebook&utm_medium=MidiasSociaisSenado. Acesso em: 12 out. 2020.
- CAPI, A. H. C. **Uma análise sobre a trajetória e a formação de formadores do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC)**. Tese de Doutorado (Estudos do Lazer). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2016.
- CARDOSO, D.; CURA, S.; VIANA, W.; QUEIROZ, L. Espacialidades e ressonâncias do patrimônio cultural: reflexões sobre identidade e pertencimento. **GOT - Journal of Geography and Spatial Planning**, v.1, n. 11, p. 83-97, 2017.
- CORRÊA, E. A. Formação acadêmica e intervenção profissional de Educação Física no âmbito lazer. **Motriz**, Rio Claro, v.15, n.1, p.132-142, 2009.
- DENZIN, N.; LINCOLN, Y. S. **The Sage Handbook of Qualitative Research**. 3. ed. Londres: Sage, 2005.
- DUARTE, B. A. F. **Recriando o direito ao lazer**. O direito social ao lazer no Brasil. Campinas, série 3, 2015. p. 23-44.
- GOMES, C. L. Lazer: necessidade humana e dimensão da cultura. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**. Belo Horizonte, v.1, n.1, p.3-20, 2014.
- HOFLING, E. M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos CEDES**, Campinas, SP, v.21, n. 55, nov. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf>. Acesso em: 12 out. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Cidades e Estados**. 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/ouro-preto.html>. Acesso em: 18 out. 2020.

IPHAN. **Portal IPHAN**: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Ouro Preto (MG). 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/373/>. Acesso em: 18 out. 2020.

ISAYAMA, H. F.; WERNECK, C. L. G. (Orgs). **Lazer, Recreação e Educação Física**. 1 ed. v.1. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2003. 267 p.

MARCELLINO, N. C. **Lazer & esporte: políticas públicas**. 2.ed. Campinas: Autores Associados, 2001.

MEDINA, A. C. R. As políticas públicas de esporte e lazer na cidade de Nova Lima-MG na gestão de 2013 a 2016. **Licere**, v.22, n. 4, p. 1-41, 2019.

MENICUCCI, T. Políticas de esporte e lazer: o estado da arte e um objeto em construção. *In*: ISAYAMA, H. F. LINHALES, M. A. **Avaliação de políticas e políticas de avaliação: questões para o esporte e o lazer**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 179-202.

MEZZADRI, F. M.; MARTINES, I. C.; STAREPRAVO, F. A. Apontamentos iniciais acerca das políticas públicas para o esporte e o lazer em municípios paranaenses. *In*: ISAYAMA, H.F. *et al.* **Gestão de políticas de esporte e lazer**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

MOESCH, Marutschka Martini. O lazer faz o elo: reinventar as políticas públicas para o lazer e o turismo humanizadores. **Direito social e lazer no Brasil**, p. 61-77, 2015.

NASCIMENTO, S. d. Reflexões sobre a intersectorialidade entre as políticas públicas. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 101, p.95-120, março 2010. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010166282010000100006&lng=en&nrm=iso. Acesso em 16 out. de 2020.

NASCIMENTO, Sueli do. Reflexões sobre a intersectorialidade entre as políticas públicas. **Serviço Social & Sociedade**, n. 101, p. 95-120, 2010.

OURO PRETO (MG). IPHAN, c2014. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/373/>. Acesso em: 19 out. de 2020.

OURO PRETO. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, c2017. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/ouro-preto/panorama>. Acesso em: 19 out. de 2020.

PINHO, G. S. A.; RIBEIRO, H. B. A. Intersectorialidade: por que não dá certo? – as políticas públicas e seus desencontros. **Polêm!ca**, v.9, n. 1, p. 14-27, 2010.

PINTO, L. M. S. M. **Sentidos e significados de tempo de lazer na atualidade**: estudo com jovens belo-horizontinas. Orientador: Dra. Eustáquia Salvadora de Sousa. 2004. 199 f. Tese (Doutorado) – Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

PINTO, L.; RAMOS, M.; RODRIGUES, R.; UVINHA, R. *et al.* **Desafios para a gestão das políticas de lazer no Brasil**. 2011. p. 27-49.

PINTOS, A. E. O papel social do agente público de esporte e lazer. **Revista de Asociacion Latinoamericana de Estudios del Deporte**. Curitiba. v. 8, n. 2, p. 1 – 17, dez. 2017.

RODRIGUES, M. A. A.; ISAYAMA, H. F. **Um olhar sobre a trajetória das políticas públicas de esporte em Minas Gerais: 1927 a 2006**. 2014.

ROSA, M. C. **Equipamentos de Lazer e Esporte de Ouro Preto**: contribuições para as políticas públicas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

SILVA, R. B.; OSAWA, R. N. T. Psicologia e a questão do trabalho em rede na Política de Assistência Social no Brasil. **Psicoperspectivas**, v.19, n.2, 2020.

STAREPRAVO, F. A. **Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil**: aproximações, intersecções, rupturas e distanciamentos entre os subcampos político/burocrático e científico/acadêmico. 2011. 422 f. - Departamento de Educação Física, Setor de Ciências Biológicas, UFPR, Curitiba. 2011.

SUASSUNA, D. M. F. A.; ALMEIDA, A. **Políticas públicas para o esporte e o lazer no Brasil**. ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, v. 30, 2005.

UNGHERI, B. O. **A atuação profissional em políticas públicas de esporte e lazer**: saberes e competências. 2014. 132 f. - Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, UFMG, Belo Horizonte. 2014.

UNGHERI, B. O. Políticas sociais de esporte e lazer: institucionalização e municipalização no contexto do Programa Esporte e Lazer da Cidade. **Revista Movimento**, Porto Alegre, 2019.

UNGHERI, B. O.; ISAYAMA, H. F. Esporte e lazer: reflexões sobre o não planejamento de políticas públicas. **Motrivivência**, v.32, n. 63, p. 1-12, 2020.

VAZ, A. F. Políticas públicas para o esporte e o lazer em Santa Catarina: reflexões e considerações. **Revista da Educação Física/UEM**, Maringá, v.12, n. 1, p. 89, 2001.

Endereço para correspondência

Escola de Educação Física da Universidade Federal de Ouro Preto
Rua Dois, Nº 110, Campus Universitário – Ginásio de Esportes
CEP : 35.400-000, Ouro Preto / MG - Brasil



Recebido em:
12/11/2020
Aprovado em:
27/01/2021